

diálogos **no espaço democrático**

**espaço
democrático**
Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

AMAZÔNIA:
a melhor proteção
é o desenvolvimento sustentável



Conversa com
GENERAL

ANTONIO MANOEL DE BARROS

Ex-comandante do Centro de Instrução
de Guerra na Selva, oficial com dez anos de vida
e experiência na região amazônica.



diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



*Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código*

"A AMAZÔNIA É NOSSA RESPONSABILIDADE. TEMOS DE FAZER O DEVER DE CASA"

A sociedade brasileira deve se perguntar o que quer da Amazônia: deixá-la intocada e depender de outros países para protegê-la ou elaborar uma política de desenvolvimento sustentável? O desafio é feito por um profundo conhecedor dos problemas amazônicos, o general **Antonio Manoel de Barros**, ex-comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva que esteve baseado na região durante dez anos.

Em entrevista ao programa Diálogos no Espaço Democrático, produzido em março de 2022 pela TV da fundação do PSD e disponível em seu canal de Youtube (<https://youtu.be/712QAf6ZGxk>), o general deu o seu diagnóstico pessoal: "A Amazônia precisa de um amplo projeto de desenvolvimento sustentável, partindo da ideia de que somos nós quem devemos cuidar dela", disse em entrevista conduzida pelo jornalista **Sérgio Rondino** e da qual participaram o diretor-superintendente do Espaço Democrático, **João Francisco Aprá**, a senadora suplente por São Paulo e secretária do Espaço Democrático, **Ivani Boscolo**, o cientista político **Rubens Figueiredo**, o economista, **Luiz Alberto Machado** e o sociólogo **Tulio Kahn**.

Foram abordadas várias das principais questões amazônicas, desde a soberania brasileira sobre a região até o garimpo e a extração ilegal de madeira. Esta publicação traz a íntegra da conversa.

Boa leitura.



Sérgio Rondino - Este é mais um programa Diálogos no Espaço Democrático, produzido para a fundação de estudos e formação política do PSD, o Partido Social Democrático. O nosso tema de hoje é a Amazônia e o convidado para conversar conosco é um militar brasileiro que viveu cerca de dez anos por lá: o general de divisão Antonio Manoel de Barros. Entre diversas funções que ele exerceu como oficial superior e oficial-general, foi Oficial de Operações da 17ª Brigada da Infantaria na Selva, em Porto Velho, Roraima; comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva; comandante do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista; e chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia. A última função do general Antonio Manoel de Barros na ativa foi durante a crise humanitária venezuelana em Roraima, como comandante da Força-Tarefa Logística Humanitária e coordenador operacional da chamada Operação Acolhida.

É um extenso currículo, como se pode ver, que incluiu também as funções de oficial de gabinete do Comandante do Exército e comandante da 1ª Divisão de Exército e guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro. General Antonio Manoel de Barros, seja muito bem-vindo ao Espaço Democrático.

General Antonio Manoel de Barros - É um prazer estar aqui no Espaço Democrático com vocês, discutindo ideias, falando de Brasil. Eu me sinto honrado.

Sérgio Rondino - Teremos, para participar dessa conversa com o general Barros, os seguintes consultores e colaboradores do Espaço Democrático: João Francisco Aprá, que é superintendente da Fundação Espaço Democrático; Rubens Figueiredo, que é cientista político; Luiz Alberto Machado, professor e economista; Tulio Kahn, sociólogo; e Ivani Boscolo, que é senadora suplente por São Paulo e secretária do Espaço Democrático.



QUANDO EU ESTAVA SERVINDO NA AMAZÔNIA, AS PESSOAS QUE CHEGAVAM LÁ, EM COMITIVAS, SE EMOCIONAVAM MUITO AO CONHECER AQUELA REALIDADE - CLARO, QUALQUER UM SE EMOCIONA, QUALQUER BRASILEIRO, QUALQUER PESSOA -, FAZIAM PROMESSAS, RETORNAVAM ÀS SUAS ORIGENS E ESQUECIAM. NÓS BRINCÁVAMOS SOBRE ISSO, MAS NA VERDADE, POR TRÁS DISSO HÁ EXATAMENTE ESSE ASPECTO. QUEM DEVE CUIDAR DA AMAZÔNIA SOMOS NÓS, BRASILEIROS.



General, como eu disse na sua apresentação, o senhor serviu cerca de dez anos na Amazônia, conhece muito bem, portanto, os problemas de lá. E o principal deles, pelo que entendi de algumas entrevistas recentes suas, é a ausência do Estado brasileiro na região. Será que é exagero dizer que o Brasil está de costas para a Amazônia?

General Antonio Manoel de Barros - Eu quero deixar muito claro que não estou aqui representando nenhuma instituição. Fiquei no Exército 43 anos, a que devo tudo, mas falo antes como cidadão, menino que saiu da zona Leste de São Paulo, filho de motorista de ônibus - eu tenho muito orgulho, sempre falei isso -, que teve a oportunidade de entrar no Exército. E fui muito feliz.

Eu tive a oportunidade de conhecer e fazer várias comparações. Nós temos discussões sobre vários aspectos da Amazônia, mas eu falo do Brasil no seu sentido mais amplo, o Brasil como sociedade, o próprio Estado, as nossas lideranças. E muitas pessoas falam sobre isso. O general Eduardo Villas Boas, nosso antigo comandante, eterno amigo, falava isso. Quando eu estava servindo na Amazônia, as pessoas que chegavam lá, em comitivas, se emocionavam muito ao conhecer aquela realidade - claro, qualquer um se emociona, qualquer brasileiro, qualquer pessoa -, faziam promessas, retornavam às suas origens e esqueciam. Nós brincávamos sobre isso, mas na verdade, por trás disso há exatamente esse aspecto. Quem deve cuidar da Amazônia somos nós, brasileiros. Quem deve zelar pela Amazônia somos nós. E aí não é o só Estado, a gente não pode colocar toda a responsabilidade no Estado. Nós temos leis muito boas de preservação, de desenvolvimento. O problema é funcionar. Os nossos jovens têm uma ideia completamente distorcida da Amazônia. O Projeto Rondon, por exemplo, permite aos universitários uma excelente oportunidade de brasileiros, enquanto sociedade, terem uma atuação firme. E claro

que o Estado, numa região tão difícil, uma região tão promissora, uma região tão estratégica, tem que entrar de cabeça. Acho, como brasileiro, que não estamos fazendo o nosso dever de casa.



João Francisco Aprá - General Barros, é um prazer tê-lo aqui na Fundação Espaço Democrático. A Amazônia, com fauna e flora tão diversificadas, com riquezas e recursos naturais, tem despertado há muito a cobiça internacional. Muitos até se arriscam a dizer que ela é patrimônio da humanidade. O senhor acredita que a internacionalização da Amazônia poderá se tornar realidade? A soberania nacional, nessa questão, está em risco?

General Antonio Manoel de Barros - Esse questionamento acontece até em razão do conflito na Ucrânia. Há um paralelo sobre isso. A Amazônia, sem dúvida nenhuma, é um patrimônio, mas antes de ser um patrimônio internacional, é um patrimônio nosso. E quem cuida dos nossos interesses somos nós. Há um velho jargão que diz que entre Estados não há amizade, há interesses. Então, há perigo de não exercermos nossa soberania? Acho que sim, não só na Amazônia, mas em todo o território. E há pressão de todos os níveis, começando pela econômica. E aí voltamos ao questionamento anterior, de que devemos fazer o nosso dever de casa. Devemos exercer a nossa soberania de forma muito contundente e, evidentemente, inserida no contexto internacional. O Brasil é uma potência regional, sempre

respeitou todas as convenções internacionais. A nossa diplomacia é um grande exemplo disso. Mas temos que deixar claro que aqui há a soberania do Estado brasileiro. E para reafirmar isso de uma maneira serena, pacífica, mas contundente, nós temos, sim, que fazer desenvolvimento sustentável. Então, acho que sim, temos riscos. É a conjuntura internacional, mas temos plenas condições de responder à altura a outros interesses que não sejam os nossos.



Ivani Boscolo - General, lembrando que se trata de uma área maior do que a de muitos países e sujeita permanentemente a invasão por desmatadores e garimpos ilegais, qual o papel das Forças Armadas em relação à proteção da floresta amazônica? Tem poder de polícia? E em quais circunstâncias?

General Antonio Manoel de Barros - Quando se fala da Amazônia, os desafios são de toda ordem. É claro que numa região que é quase 60% do nosso território - a Amazônia Legal -, um vazio demográfico com tantas riquezas, com tantas dificuldades logísticas, há, sim, uma ameaça à segurança. E é claro que as Forças Armadas estão nesse contexto. Nesse aspecto, nós evoluímos. O Exército brasileiro tem lá o lema 'Braço forte, mão amiga', ou seja, colabora com mão amiga no desenvolvimento e com o braço forte nas missões e no papel das Forças Armadas propriamente ditas. E ele vem fazendo isso durante décadas - não só o Exército, mas a Força Aérea e a Marinha. E dentro dessa evolução tivemos uma



lei complementar que reforçou essa colaboração na faixa de fronteira - são 150 quilômetros da faixa de fronteira a que se refere a pergunta. Então, não existia isso, foi uma evolução. E mais ou menos no início desse século, por volta de 2004, foi se consolidando. O Exército brasileiro tinha o poder de polícia. Nós tínhamos os pelotões especiais de fronteira, tínhamos as nossas organizações militares debruçadas no combate ao ilícito, mas não havia o instrumento legal. Isso foi um grande avanço. A Marinha, na parte dos rios - que é uma legislação específica. Isso evoluiu não só para o Exército, mas para as Forças Armadas. Isso, numa situação de normalidade. Então, veio, sim, se fortalecendo essa participação na segurança. Acredito que não há como as Forças

Armadas ficarem de fora da segurança da Amazônia. Todavia, nós temos várias outras instituições, como a Polícia Federal, as polícias militares dos Estados e várias outras instituições que têm responsabilidade conjunta, também. O grande desafio é compor isso para garantir a soberania e a segurança.

Mas, antes da segurança, eu creio que existe o desenvolvimento sustentável. Então, quando nós levamos desenvolvimento, quando vamos ali povoar a faixa de fronteira, todos os meios chegam juntos com esse desenvolvimento e evidentemente isso vem reforçar, de um modo direto e indireto, a segurança. Por isso volto ao ponto: antes da segurança propriamente dita, como nós falamos, temos que investir muito no desenvolvimento sustentável.



Rubens Figueiredo - General, o ex-ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, criticou muito, durante a sua gestão, em inúmeras entrevistas, o papel das ONGs na Amazônia. Segundo ele, elas sugavam dinheiro e faziam muito pouco. A sua avaliação bate com essa análise do ex-ministro? Qual o real papel que as ONGs desempenham na Amazônia?

General Antonio Manoel de Barros - Acho que o radicalismo, em qualquer tema, quando se fala do Brasil, mas especificamente da Amazônia, não cabe. Porque nós, brasileiros, não somos assim. A formação da nossa nacionalidade não é assim. Então, não tem o sim e o não, e eu não quero aqui me esquivar da pergunta, vou a fundo dentro disso. Porque o que eu vi não foi fruto de estudos somente, foi o que eu constatei: há diversos tipos de ONGs na Amazônia. Há ONGs que honram realmente sua destinação, são extremamente sérias, estão preocupadas com o bem-comum, preservam a soberania, olham para o caboclo e para o índio, mas há ONGs que, sinceramente, não honram a destinação a que se propõem e têm outros interesses. E aí voltamos novamente ao Estado. Quem é que tem que fiscalizar? É o Estado brasileiro. Então, não se pode ter aí disponibilidade de recursos sem fiscalização. As ONGs não podem atuar sem fiscalização do Estado brasileiro porque isso tem a ver com a soberania. Então, eu acredito que as ONGs são, sim, necessárias; e devem, sim, ser controladas pelo Estado. E

eu, particularmente, vi que há o que a gente imagina ser uma ONG comprometida eticamente com os valores e com todos os princípios da nossa sociedade e Estado; e ONGs que, sinceramente, desculpem o termo, com projetos sem pé nem cabeça, recebendo milhares de reais dos nossos contribuintes.



Túlio Kahn - A minha questão tem a ver com o garimpo na Amazônia. O garimpo ilegal existe há várias décadas, mas parece que vem aumentando nos últimos anos. Parece que houve aí um aumento do preço do ouro, uma série de situações, entre elas a diminuição da fiscalização tanto pelo Ibama quanto pela Polícia Federal, que estariam estimulando, de certa maneira, essa atividade ilegal. E a gente sabe que isso tem repercussões, já que eles usam o mercúrio que polui os rios, invadem terras indígenas - há até guerrilheiros colombianos invadindo a fronteira do Brasil para se aproveitar dessa exploração ilegal do ouro. Então, eu queria saber como é que o senhor vê essa questão do garimpo ilegal.

General Antonio Manoel de Barros - Na verdade, o garimpo é um dos aspectos da exploração mineral da Amazônia. Agora mesmo estamos vivenciando esse problema da Ucrânia, que está afetando os insumos para a agricultura. Nós temos um potencial enorme. No caso, agora, da Ucrânia, um exemplo bem concreto, em que podemos explorar o potássio e outros minerais fundamentais para a nossa agricultura, mas por um erro estratégico de todos nós, da sociedade, dos governos, das lideran-

ças nossas, ficamos à mercê do mercado externo. Estamos pagando o preço agora. Será que é lógico, então, eu ter potencial mineral, seja qual for, não colocar a exploração adequada e ficar dependendo de terceiros? Isso não é lógico. Assim nós começamos a ter a nossa soberania corroída. Não é pela invasão, pelos problemas de fronteira que nós temos. Veja o problema das terras indígenas. Eu estive lá. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, há mais de 20 etnias. Pergunte aos índios de lá se não querem explorar. Mas a fiscalização é muito difícil e o garimpo ilegal não gera benefícios para a sociedade, não gera benefício para os indígenas. Só alguns se aproveitam disso. E, pior, causa uma degradação terrível do meio ambiente. Acredito, sim, como brasileiro, que é possível, seja no garimpo ou em outros tipos de exploração, em terras indígenas e não indígenas da Amazônia, fazer uma exploração racional, rígida.

Eu assisti a alguns documentários e especialistas falavam que nós temos tecnologia para isso. É possível. Eu faço um paralelo, por exemplo, de como somos capazes, no caso de minérios. Mato Grosso, no centro-oeste, é um dos maiores produtores de soja. No passado, se você falasse que nós íamos produzir soja no centro-oeste, iam dizer que não tinha condição nenhuma. E nossa Embrapa desenvolveu. E a mesma coisa acontece com a mineralogia. Está saindo um plano, atualizado no atual governo, em que se está dando o maior foco nisso. A lei prevê a exploração, mas por interesses outros, isso ficou parado no tempo. E compromete a nossa soberania, a nossa estratégia de desenvolvimento, não gera riqueza e não preserva o meio ambiente na Amazônia. Em São Gabriel da Cachoeira, onde eu fiquei dois anos, eu vi a exploração pelos índios. Os maiores explorados eram eles, porque aquela exploração que eles faziam, artesanal, não tinha reconhecimento. Eles não usufruíam como deviam e havia a poluição do meio ambiente. Então, acho,

sim, que nós temos que amadurecer - e amadurecer rápido - na exploração, seja da Amazônia como um todo, seja em terras indígenas, obedecendo todos os nossos princípios legais, evidentemente. Temos que avançar.



Sérgio Rondino - General, nesse mundo globalizado acabamos descobrindo que o Brasil, como país, tem graves dependências externas e não é só na questão do potássio, de que tanto se fala. Descobrimos na pandemia que não tínhamos respiradores, eram todos fabricados da China e a gente precisava deles. Os insumos para a fabricação de medicamentos vêm quase todos da Índia e da China. Quer dizer, numa situação de conflagração ou de qualquer problema no comércio mundial, o Brasil teria problemas. Mas eu queria colocar a questão a respeito do potássio porque há uma polêmica em relação a esse projeto que o governo enviou, de mineração nas terras indígenas. As próprias grandes mineradoras, a associação que reúne as maiores mineradoras do País, tem dito que o projeto não é adequado porque a maior parte das jazidas de potássio não está nas terras indígenas. E o projeto parece que libera outras coisas. Eu queria a sua opinião a respeito desse projeto e dessa polêmica.

General Antonio Manoel de Barros - Eu vou voltar ao potássio. O potássio tem que ser explorado nas terras indígenas, mas algumas instituições acham que não há o potencial adequado. Mais uma vez eu acho que não estamos vendo o todo. Esta-



mos colocando uma lupa para buscar dificuldades para não termos um projeto que não é para agora, para o ano que vem. Não adianta começar a explorar o potássio agora, ainda que nós tivéssemos nas terras indígenas, de uma maneira que viesse a atender a todas as nossas demandas. A exploração mineral é uma coisa muito séria. Ela depende de tecnologia, de cuidados ambientais. Então, é colocado que, se

fosse em terras indígenas, o problema estaria resolvido. Não é isso. Essa é uma das possibilidades. E os especialistas sabem disso. Mas aí já se começa a dizer que não há interesse. Ora, eu tenho que olhar para o futuro. E aí a gente está falando de soberania, isso é soberania. A gente tem ideia de que soberania é arma, é invasão, é falta de proteção de integridade territorial. Não, a soberania é



ameaçada de diversas maneiras, inclusive negando educação, negando tecnologia, negando que o país explore seus próprios recursos. Temos que pensar dentro desse aspecto mais amplo. Então, se estamos nesse boom de pensar e repensar, por que não vamos para um leque de oportunidades abertas? E não estamos falando – e aí eu defendo os especialistas – que a solução está nas terras indígenas. Não

se trata disso, não é isso. Aí eu faço a pergunta: por que negar, então, também nas terras indígenas junto com a exploração de outros minerais? E aí que eu acho que há outros interesses.

Então, precisamos discutir isso sem ideologias, precisamos discutir isso com interesse nacional, precisamos discutir com o interesse do povo. Precisamos discutir com o interesse do indígena tam-

bém, que não é beneficiado em absolutamente nada do jeito que está aí – e a gente sabe que os ilícitos acontecem. Então, não é que terra indígena seja a solução, mas é uma das soluções para explorar qualquer tipo de recurso. E mais: beneficiando os indígenas. E dentro disso, se me permitem falar, conversando com vocês, às vezes na Amazônia há o radicalismo de que eu falo. Para alguns, ela tem que ficar intocada por ser o tal do pulmão do mundo. E outros dizem que não, que “isso é um radicalismo muito grande, nós temos que realmente implementar um desenvolvimento a toque de caixa”. Mais uma vez, nenhuma dessas soluções nos atende. Nós temos que ter cuidado, nós temos que fazer cumprir as leis ambientais na justa medida. Nós temos que discutir com os povos indígenas. Pergunte para o indígena se ele quer ficar isolado. Pergunte se ele não quer escola, se não quer manter as tradições.

Eu conto um caso para vocês aqui, me permitam, de como nós temos que pensar muito bem no tal do desenvolvimento sustentado e a mineração entra nesse processo. Um dos maiores índices de suicídio indígena – proporcionalmente – é registrado em São Gabriel da Cachoeira. Há vários estudos nesse sentido. E São Gabriel da Cachoeira tem mais de 20 etnias, a presença indígena é muito forte. O que eu vi lá? Muito alcoolismo por causa do Bolsa Família. É uma solução que ali tinha de ser repensada. Muitas etnias não conseguiam buscar o Bolsa Família e então deixavam o cartão do Bolsa Família com os comerciantes. O indígena era obrigado a comprar naquele estabelecimento. Eu vi. Os indígenas chegavam de barco, a cada três meses, porque as distâncias são muito grandes, ficavam nas pedras, literalmente. Compravam uma alimentação muito cara e estavam perdendo a sua cultura de caçar. Tinham problemas de pneumonia, diarreia, subnutrição muito grande e o alcoolismo. O alcoolismo é um problema sério. Dentro desse contexto, havia uma escola para os jovens indígenas, inclusive no

idioma, um programa muito bom, federal, de ensino médio. Mas olha só: ele saía da sua tribo, aprendia técnicas, conhecia um outro mundo, mas perdia o contato com sua tribo. Quando voltava para lá, não tinha condições de implementar nada daquilo e era considerado um estranho pela própria tribo. Aí ele vai para São Gabriel, que tem 20 mil habitantes. O que ele começava a fazer? Beber. E aí o suicídio. Percebem que, teoricamente, uma coisa que seria benéfica trouxe outros prejuízos? É o caso do Bolsa Família para os indígenas. Então, a Amazônia tem que ser pensada caso a caso. Não adianta buscar soluções de isolamento total ou um desenvolvimento desenfreado.

Conto outra para vocês. Lá em Manaus, durante a construção de uma ponte que ligaria Manaus a Miranduba, houve uma reação muito grande. Por quê? Por causa dos balseiros, que não queriam uma ponte. Vejam só, a gente sabe bem o que significa uma ponte numa região de difícil ligação estratégica e parecia surreal a discussão. A BR-319, que liga Manaus a Porto Velho e foi construída na década de 1970 – asfaltada, o cidadão pegava o seu carro, em 6 horas chegava em Porto Velho – não teve manutenção. E agora, para reativar a BR-319... Ficamos anos e anos parados, com sofrimento da população. Então, nós temos, sim, que pensar muito seriamente e agora, com a exploração mineral na Amazônia, eu acho que temos uma excelente oportunidade de não fechar o leque. Temos de incluir as terras indígenas, mas com uma visão mais ampla no sentido da exploração, mas extremamente cuidadosa, olhando para o futuro.

Sérgio Rondino – O que dizer daquela indústria madeireira que derruba floresta para exportar madeiras nobres para os móveis dos ricos na Europa? A fiscalização é quase inviável porque a legislação é tão complexa que mal dá para saber o que é madeira legal, o que é ilegal. Qual seria a solução para esse problema?



General Antonio Manoel de Barros - Primeiro, há uma exploração midiática de tudo isso. Tudo que é Amazônia é potencializado. É difícil você saber onde está a verdade dos números porque eles são jogados de acordo com interesses, sejam nossos, brasileiros, internamente, seja externamente, para boicotar o desenvolvimento do Brasil, para boicotar os produtos brasileiros. Eu, particularmente, não acredito que só a fiscalização dê resultado. Temos que fazer alguma coisa inteligente. Porque senão vamos ter que colocar o Exército brasileiro todinho na Amazônia e ainda assim não vai resolver. Temos que criar mecanismos de incentivo para a própria sociedade, para os empresários se beneficiarem e

eles mesmos se fiscalizarem. É assim que funciona. Então, sabemos, por exemplo, da exploração mineral - vou voltar agora para a Vale do Rio Doce. Vejam o exemplo. Não queriam privatizar - a gente se lembra de toda essa história. Vejam o modelo. Não há interesse para a empresa em burlar a lei. Ela vai perder muito mais se burlar a lei. Vai perder no capital, nas ações.

Eu acredito que devemos ter mecanismos inteligentes de exploração com a participação da sociedade e a fiscalização do Estado. É o caso da madeira. Sobrevoando a Amazônia, como eu tive a oportunidade, é impressionante a exploração ilegal da madeira. No meio do nada você vê uma clarei-

ra. Como conseguiram chegar ali? Normalmente as pessoas que fazem isso são dali mesmo, pessoas necessitadas, pobres, que não tem educação e não tem outra opção, que têm que ter seu ganha-pão. Eu não estou justificando, estou mostrando porque se chega àquilo. Não são pessoas de fora, são dali mesmo usadas por terceiros.

Então, essa de fiscalizar, fiscalizar e fiscalizar é impraticável e a ilegalidade toma conta do processo. Então, acredito que temos que ter mecanismos inteligentes para o processo funcionar, para que tenhamos autorregulamentação e autofiscalização, com o Estado complementando. O Estado não pode ser a base de tudo. Nós vimos a dificuldade que temos.



Luiz Alberto Machado - General, entre os vários problemas enfrentados pelo ex-ministro Ricardo Salles em sua gestão à frente do Ministério do Meio Ambiente, encontra-se, a meu juízo, o da comunicação. Por todo o tempo ele se referia à questão da Amazônia, contrapondo-a à questão do meio ambiente urbano. Algo como 'ou a Amazônia ou o meio ambiente urbano', quando na verdade não era uma questão de "ou", e sim de "e". Até porque problemas de saneamento urbano são, de fato, essenciais num País em que grande parte dos municípios ainda se defronta com enormes problemas de esgoto e água tratada. Como o senhor vê essa necessidade de se defrontar com questões ambientais simultaneamente, analisando a questão da Amazônia e do meio ambiente urbano?





General Antonio Manoel de Barros - Nós não somos duais - sim ou não. Acho que é a nossa composição, a nossa maneira de ser. A Amazônia é muito integrada. Vamos pegar Manaus. Manaus, na verdade, é uma ilha totalmente isolada. O Nelson Rodrigues dizia que o brasileiro tem complexo de vira-latas, que a gente não valoriza certas coisas que tem. Manaus tem mais de 2 milhões e 200 mil pessoas, é uma das maiores capitais de Estado do Brasil. O PIB da cidade de Manaus é extremamente relevante, está entre os sete maiores entre as capitais. Então, como a gente vai separar o desenvolvimento urbano? E há uma explicação para isso. O Polo Industrial de Manaus, por exemplo. Fundamental. Eu sei que às vezes algumas lideranças, particularmente do Sudeste, são contra, mas eu acho que é um tiro no pé se a gente pegar e não olhar de uma maneira diferente para ele. Talvez para São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná não tenha sentido. Mas lá, a quantidade de pessoas empregadas... Ele evita que essas pessoas, como a gente estava falando, explorem a madeira, a droga, os animais silvestres. É preciso gerar emprego. O Amazonas tem pouco mais de 4 milhões de pessoas e Manaus é uma cidade-estado. E como dissociamos Manaus do desenvolvimento da Amazônia? Não é possível. Então, acho que as soluções têm que ser integradas.

Se a gente desce, por exemplo, para o Acre, Rio Branco, é outra dinâmica - uma capital menor, um Estado que chega a quase 1 milhão de habitantes. Quando a gente olha Rondônia, por exemplo, várias cidades lembram muito o Sul. Tem muito gaúcho, muito paranaense - foi a marcha do Sul para o centro-oeste e para a Amazônia. Aquelas cidades estão integradas na exploração da agricultura e com o meio ambiente.

Quando vamos para o Pará, há um problema de desmatamento seríssimo, um problema de grilagem de terras também seríssimo. Aliás, temos que regularizar as terras na Amazônia para poder desen-



volver. Não há como se falar em desenvolvimento sustentável se não regularizarmos a questão fundiária na Amazônia, e aquilo lá é terrível no sentido da legalidade - não é só ser o dono da terra, porque se não for não consegue os incentivos fiscais. E a fiscalização? Não se sabe quem é o dono da terra, é um empurra-empurra tremendo. Então, é uma coisa complexa. E o Pará é um dos Estados que mais sofrem com isso, um dos Estados que mais têm desmatamento. Então, como vamos integrar a parte



urbana, com a de selva propriamente dita, e com a parte de produção? As soluções têm que ser muito, muito integradas.

Sérgio Rondino - General, abro espaço para sua mensagem final.

General Antonio Manoel de Barros - Bem, meus amigos, agradeço à nossa bancada, que me deu a oportunidade de desenvolver alguns temas.

Vamos voltar à questão inicial. Eu acho que temos um dever de casa para fazer na Amazônia. Não é fácil. Nós temos várias leis que são excelentes, mas não são colocadas em prática. Eu vi vários prefeitos no Estado do Amazonas que não moram em suas cidades, moram em Manaus. Como é que faz gestão assim? Em São Gabriel, o melhor hospital que existe na região toda é do Exército. Como vamos fazer? Será que não estamos delegando a outras instituições responsabilidades que são de toda a

sociedade e do Estado? Então, temos que pensar, os nossos políticos, nossa classe dirigente. Eu acho que, quando se fala em Amazônia, a gente entra em um debate ideológico que cai para o dualismo, sim e não. Se continuarmos dessa maneira, acho que vamos nos perder. E por ausência de uma atitude positiva nossa, aí sim a gente perde a soberania. Nós temos capacidade, nós temos conhecimento. Foi muito mais difícil a gente ter aquele território integrado ao Brasil. A Amazônia Legal é quase 60% do nosso território.

O que nós queremos da Amazônia? Nós temos que perguntar para nós mesmos, como sociedade. Vamos deixar intocado e ficar dependendo de outros países ou vamos fazer uma política de desenvolvimento sustentável, com diálogo, com segurança para que as próximas gerações tenham a Amazônia como referência e fazer atingir o seu potencial? Como a gente pode admitir que outros países cheguem, façam a exploração, por exemplo, de medicamentos da floresta amazônica, façam as patentes em seu nome dentro da Amazônia? Será que aumentar a segurança é o caminho? Ou o caminho seria, sim, a gente povoar a Amazônia, colocar a nossa gente, o nosso povo nas fronteiras, mas dando condições? Nós damos condições aos nossos indígenas e não usamos os indígenas como uma bandeira?

Infelizmente, as nossas leis não são cumpridas. Nós temos, sim, um arcabouço de leis que precisam ser implementadas. E voltamos ao ponto inicial. Será que estamos de costas? Se não estamos de costas, nós temos aqui que fazer e aprimorar o nosso dever de casa.

Eu lembro que estava em uma operação e mudei a rota de um helicóptero, um Black Hawk, 5 mil dólares a hora, para levar medicação contra a malária para uma indígena. Simples. O helicóptero chegou, mas não a tempo. Vejam só: se a gente tivesse um mínimo de aplicabilidade de saúde pública funcionando, essa senhora indígena teria tomado um comprimido contra a malária e não teria morrido. Eu sempre me questioneei sobre isso. Acho que não podemos abrir mão da Amazônia, nós temos uma responsabilidade, sim, com a Amazônia, e se nós queremos ter a soberania garantida para as próximas gerações, temos que nos dedicar mais ao que significa realmente o desenvolvimento sustentável. Muito obrigado a todos e espero ter ajudado e contribuído a pensar o nosso Brasil.

Sérgio Rondino - General Barros, quero agradecer por sua gentileza de conversar conosco aqui no Espaço Democrático. E agradeço também aos nossos consultores pela participação. Obrigado a todos, e até o próximo "Diálogo no Espaço Democrático".



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

Presidente Alfredo Cotait Neto Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha Secretária Ivani Boscolo Diretor Superintendente João Francisco Aprá	Conselho Consultivo Presidente Guilherme Afif Domingos Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah	Conselho Superior de Orientação Presidente Gilberto Kassab Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Paes Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Marcos Trad Rodrigo Pacheco Samuel Hanan
---	---	---



www.espacodemocratico.org.br